



LGBTFOBIA NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR

LGBTFOBIA IN SCHOOL: IMPLICATIONS OF SCHOOL MANAGEMENT

Émerson Silva Santos¹
Allene Carvalho Lage²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar quais as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola. O percurso metodológico compreendeu uma abordagem qualitativa e coleta de dados através de uma pesquisa bibliográfica a partir das reflexões teóricas de Guacira Lopes Louro, Heloísa Lück, Cleyton Feitosa, entre outros/as autores que discutem, diversidade sexual e identidade de gênero na educação, gestão escolar e LGBTfobia. As conclusões indicaram que no que diz respeito aos processos de violências motivadas por LGBTfobia na escola, a gestão escolar pode ser parte do problema e parte da solução. Pode ser parte do problema quando silencia, é cúmplice ou prática violência LGBTfóbica. Por outro lado, pode ser parte da solução quando apura as denúncias, estabelece punições pedagógicas para os/as agressores/as e atua de forma a coibir esse tipo de prática no ambiente escolar.

Palavras-Chave: LGBTfobia; Gestão Escolar; Educação; Escola.

Abstract: This paper aims to present the implications of school management for LGBTophobia in school. The methodological course included a qualitative approach and data collection through a bibliographical research based on the theoretical reflections of Guacira Lopes Louro, Heloísa Lück, Cleyton Feitosa, among others / authors discussing, sexual diversity and gender identity in education, management school and LGBTophobia. The conclusions indicated that with regard to the LGBTophobia-motivated violence processes in school, school management may be part of the problem and part of the solution. It can be part of the problem when it silences, complies or practices LGBT phobic violence. On the other hand, it can be part of the solution when it clears

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do grupo de pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina. E-mail: emersonssantos1@gmail.com.

² Pós-doutora em Direitos Humanos pelo PPGDH/UFPE (2016). Pós-doutora em Educação na UFRGS (2012). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2006). Professora do Curso de Pedagogia, e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora do grupo de pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina. E-mail: allenelage@yahoo.com.br.

complaints, establishes pedagogical punishments for the aggressors and acts in order to curb this type of practice in the school environment.

Keywords: LGBTophobia; School management; Education. School.

Introdução

Os debates em torno das questões de diversidade sexual e identidade de gênero vem ganhando cada vez mais espaço no cenário das pesquisas em educação no Brasil. A motivação disso pode ser explicada por questões de várias ordens, entre elas a criação do Grupo de Estudo 23 – Gênero, Sexualidade e Educação nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), como também a atuação do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

No início dos anos 2000, a partir da produção acadêmica sobre gênero, sexualidade e educação, ficou evidente a necessidade desse tema receber maior atenção nas reuniões anuais da ANPEd. A partir dessa lacuna e da pressão dos/as pesquisadores/as da temática de gênero e sexualidade, em 2003, a ANPEd criou o Grupo de Estudos (GE) 23 – Gênero, sexualidade e educação, fase preliminar para a criação de qualquer Grupo Trabalho (GT) nas reuniões da Associação. No ano de 2006, na 29ª Reunião da ANPEd o Grupo de Estudos 23 estabeleceu-se oficialmente como Grupo de Trabalho.

Alguns anos antes da criação do GT 23 da ANPEd, mais precisamente em 1997, a pesquisadora Guacira Lopes Louro lançou o livro “Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista”. Esta obra é umas das produções mais presentes nas referências dos estudos de gênero, sexualidade e educação no nosso país. Nela, Louro (2014) reflete várias questões em torno da construção escolar das diferenças, situações de sexismo e LGBTfobia na escola, desigualdades e hierarquias no espaço escolar, entre outros temas.

Por sua vez, o Movimento LGBT, desde o seu surgimento na década de 1970, vem denunciando a violência praticada contra a população LGBT, reivindicando a criação de políticas públicas e de legislações específicas para a promoção da cidadania destes/as sujeitos/as (SIMÕES e FACCHINI, 2009). O Movimento LGBT tem dedicado uma especial atenção ao campo da Educação, pleiteando a elaboração de materiais didáticos para o combate a LGBTfobia na escola, como livros, cartilhas, cartazes, vídeos, documentários, etc. Ainda no campo da Educação, o Movimento LGBT também tem reivindicado

a criação de programas de formação para profissionais da educação (professores/as, gestores/as, supervisores/as, etc.) em gênero e sexualidade, com vistas a desconstruir os processos de violência LGBTfóbica no interior das instituições escolares.

Essas demandas educativas do Movimento LGBT surgem a partir da constatação de que o espaço escolar ainda tem sido um lugar de recorrentes violações. Alguns estudos (ABRAMOVAY et al., 2004; CARRARA e RAMOS, 2005; CARRARA et al., 2007) já revelaram os altos índices de discriminação escolar envolvendo estudantes e professores, vítimas da violência sexista e LGBTfóbica nas escolas. Em grande medida, essa violência vem contribuindo para evasão, distorções idade/série, dificuldades de aprendizado e inúmeros impactos sobre a saúde mental das vítimas. Na compreensão de Rogério Diniz Junqueira, a escola:

Configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009a, p.15).

Por sua vez, Louro (2000, p. 30, grifos do original) afirma que “a escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual”. Do mesmo modo, a escola também é um espaço de difícil convivência para pessoas travestis e transexuais, considerando que essas pessoas estão muito mais expostas, dada as suas demandas e características sociais.

Dentro desse contexto, a gestão escolar tem um papel fundamental, tendo em vista que entre as suas competências estão buscar meios para garantir a permanência de todos/as os/as estudantes na escola, fomentar uma cultura escolar de respeito a diversidade e atuar com vistas a coibir todos os tipos de violências (LÜCK, 2009). Todavia, em muitos casos não é isso que acontece, onde a gestão escolar acaba atuando de forma a silenciar casos de LGBTfobia na escola, protegendo e justificando as práticas dos agressores, punindo as vítimas e contribuindo para que elas se evadam da escola.

Junqueira (2015), em uma de suas pesquisas, discutindo sobre essas questões no cotidiano escolar, afirma:

No relato de uma diretora escolar, surge um “problema”: um aluno de seis anos que, por ser considerado feminino, ela conclui ser homossexual. Ela o aconselhou a “deixar de desmunhecar para não atrair a ira dos outros”, ignorando os processos de reificação, marginalização e desumanização conduzidos pela instituição, bem como toda a violência física a que ele é rotineiramente submetido (JUNQUEIRA, 2015, p. 115).

Nesse sentido, o artigo em tela que resulta da dissertação intitulada “(Des)Respeito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero em Escolas de Caruaru-PE: A questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da Gestão Escolar”³, tem por objetivo apresentar quais as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola. A realização deste estudo se deu diante da necessidade de investigações que visem contribuir para práticas de gestão escolar que respeitem os direitos humanos de todos/as (estudantes, professores/as, técnicos/as educacionais, equipe gestora, servidores/as), considerando o papel de transformação social que a educação e a escola desempenham. Acreditamos que a gestão escolar tem um papel importante na promoção de um ambiente escolar que respeite às diferenças conforme apontamos na discussão que se segue ao longo deste artigo.

Aspectos metodológicos

Na realização deste trabalho, optamos pela utilização da abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986; GHEDIN; FRANCO, 2008), tendo em vista que essa abordagem foi a que mais se adequou ao objetivo deste estudo e por sua afinidade com as pesquisas do campo das ciências humanas e sociais, onde as pesquisas em educação estão inseridas.

³ Dissertação realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Aprovada com sugestão para publicação em 05/02/2018. Agradecemos a Bolsa de Mestrado concedida pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco para realização da pesquisa que resultou na dissertação citada e neste artigo.

Em relação ao seu objetivo, essa pesquisa é do tipo explicativa. Para Gil (2002), as pesquisas explicativas têm como preocupação principal a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, além disso, o tipo de pesquisa explicativa busca relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo estudado.

Utilizamos como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, buscando relacionar as discussões realizadas por pesquisadores/as da área de gestão escolar (LÜCK; 2009; 2013) e de diversidade sexual na educação (JUNQUEIRA, 2009a; 2009b; 2015; LOURO, 2009; TORRES, 2013), com vistas a alcançar o objetivo deste trabalho em apresentar as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola. As pesquisas bibliográficas são realizadas a partir de materiais já elaborados, sobretudo livros e artigos científicos. No entendimento de Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Como perspectiva analítica, para o exame do material coletado optamos pela técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1998; MINAYO, 2001). De acordo com de Amado (2000, p. 53) a análise de conteúdo “trata-se de uma técnica que procura “arrumar” num conjunto de categorias de significação o conteúdo manifesto dos mais diversos tipos de comunicações”.

Assim, com esse percurso metodológico, buscaremos na sessão seguinte responder ao objetivo do trabalho em tela.

A emergência da expressão “LGBTfobia”

Antes de adentrar nas reflexões fruto das discussões que realizaremos neste trabalho, cabe justificar a nossa opção pela utilização da expressão “LGBTfobia” para designar o conjunto de violência e violações que acometem a população LGBT e/ou qualquer indivíduo/a que não atenda as expectativas da norma padrão heterossexual.

Em nossa concepção a expressão “homofobia” é insuficiente para representar os processos de violências e violações já citados. Cabe destacar que as referências teóricas utilizadas neste artigo não utilizam a expressão “LGBTfobia” para nomear a violência praticada contra

população LGBT, pois na época da sua elaboração ainda não havia a emergência da expressão “LGBTfobia”. Nesse sentido, as expressões “homofobia”, “lesbofobia”, “gayfobia”, “bifobia”, “travestifobia”, “transfobia” ou “homolesbotransfobia” podem aparecer em citações diretas, mas sempre que aparecerem, estamos nos referindo a “LGBTfobia”.

Refletindo sobre o conceito da expressão “homofobia”, Daniel Borrillo na sua obra “Homofobia: história e crítica de um preconceito” expõe:

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante (BORRILLO, 2010, p. 13 e 14).

Essa definição do conceito de homofobia apresentada por Borrillo (2010), apesar de recente, já passa a ser questionada e revisada por ativistas do Movimento LGBT e pesquisadores/as da área de gênero e diversidade sexual. Borrillo (2010) também reconhece a limitação da expressão “homofobia”, mas justifica sua utilização por razões de economia de linguagem.

Compreendendo as limitações do termo “homofobia” e as disputas internas do Movimento LGBT em relação a nomeação do conjunto de violações enfrentadas pela população LGBT, Cleyton Feitosa (2016), reflete:

O uso do verbo “nomear” no passado ocorre porque há uma tendência, cada vez mais assimilada pela militância brasileira, em adotar o termo “LGBTfobia” para expressar as violências dirigidas contra a população LGBT. Isso porque a palavra “homofobia” não abarcaria todas as identidades que compõem esse movimento social, reclamação

feita em especial pelas lésbicas, travestis, transexuais e homens trans (FEITOSA, 2016, p. 119).

Nessa direção, adotaremos nesse artigo o uso da expressão “LGBTfobia”, considerando também a deliberação do Movimento LGBT brasileiro na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, realizada no período de 24 a 27 de Abril de 2016 no Centro Internacional de Convenções do Brasil em Brasília/DF.

A seguir, entraremos na discussão a que este artigo se propõe. Inicialmente refletimos sobre os processos de LGBTfobia na escola e em seguida apontamos as implicações da gestão escolar diante deste fenômeno.

LGBTfobia na Escola

Temos assistido, na atualidade, a consolidação de uma concepção segundo a qual a escola não apenas educa através da transmissão e construção do conhecimento. Ao contrário, a escola, também reproduz padrões sociais, coloniza concepções, valores, lugares sociais, atuando assim na fabricação de sujeitos, influenciando seus corpos e identidades. A escola também é um lugar de legitimação das relações de poder, construção de hierarquias e de reprodução da heteronormatividade. Nas palavras de Louro:

Por esta lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência serão tomados como “minoría” e serão colocados à margem tanto das preocupações da escola, quanto da justiça ou da sociedade em geral (LOURO, 2009, p.92).

Desta maneira, aqueles/as que não atendem aos padrões de gênero e sexualidade ou os/as que provocam uma descontinuidade no padrão sexo-gênero-sexualidade passam a ocupar um lugar de rejeição, invisibilização e violação no ambiente escolar. Isso ocorre porque a visão heteronormativa dominante estabelece que os seres humanos só podem nascer como machos ou fêmeas; pertencendo a um dos dois gêneros possíveis, masculino ou feminino; conduzindo “naturalmente” os/as sujeitos/as a desejarem os/as indivíduos/as de sexo/gênero oposto ao seu.

Dentro dessa perspectiva, Marco Antônio Torres na sua obra “A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola”, problematizando a construção de hierarquias na escola com base no heterossexismo, nos diz que:

Essas hierarquizações podem ser observadas nas piadas que depreciam a população LGBT, na ausência de personagens LGBT nos livros didáticos, nas agressões físicas e psicológicas cometidas devido à orientação homossexual ou bissexual, entre outras. Essa hierarquização atinge de forma diferente os LGBT. Um jovem gay e outro que seja transexual serão atingidos de maneira diferentes; uma jovem lésbica que assumiu publicamente seu namoro será mais aviltada do que aquela que se privar da expressão de sua orientação sexual. O preconceito é moldado de acordo com as hierarquizações sociais, inclusive etnoraciais, de classe econômica, de gênero, etc. (TORRES, 2013, p. 40, grifos do original).

Especialmente quando tratamos da escola pública, esse quadro é ainda mais grave, compreendendo que a escola pública no Brasil tem sido o lugar daqueles/as mais marginalizados, seja em função da sua classe social, raça, gênero, orientação sexual, etc. Dada a sua precarização, falta de recursos e ausência/mínima formação continuada para os profissionais da educação, a escola pública pode ser um lugar onde a manifestação da LGBTfobia é ainda mais intensa.

A teia de alcance da LGBTfobia se estende por toda instituição escolar e pode atingir discentes, docentes, equipe gestora e demais profissionais. Isso ocorre a partir de códigos culturais instalados na sociedade que permitem que a violência LGBTfóbica seja naturalizada. Nessa direção,

Nas configurações da escola, o preconceito e a subjetivação dele por lésbicas, gays e especialmente por travestis e transexuais podem criar permissões culturais de violência e violações dos direitos de cidadania. A violência e a violação atingem alunos/as e educadores/as que pertencem aos grupos identificados como LGBT; atinge inclusive aqueles/as que ainda “estão no armário” que ainda não assumiram publicamente uma orientação sexual e uma identidade de gênero que se oponha ao heterossexismo (TORRES, 2013, p. 59-60, grifos do original).

Além dessas questões, também há na escola uma grande confusão entre orientação/identidade sexual e identidade de gênero. Não é incomum que estudantes travestis e transexuais tenham negadas as suas solicitações de utilização do banheiro correspondente ao seu gênero, sob a justificativa que o/a estudante não passa de um gay feminizado ou de uma lésbica masculinizada. Ainda hoje, não há um entendimento razoável nas escolas sobre as questões relacionadas a identidade de gênero e existência de mulheres e homens transexuais. Todos esses elementos nos alertam para importância da atuação da gestão escolar frente a essas questões. Discutiremos sobre essa questão no tópico seguinte.

Implicações da Gestão Escolar

A gestão escolar compreende uma das áreas da educação que tem por objetivo realizar o planejamento, organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação do conjunto de processos necessários a efetividade dos objetivos da escola (LÜCK, 2009). É de responsabilidade da gestão escolar atuar para que os processos de formação e aprendizagem dos/as estudantes ocorram com qualidade. Nesse sentido:

A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos (LÜCK, 2009, p.23, grifos nossos).

Quando nos referimos a gestão escolar estamos falando, em caráter abrangente, de um conjunto de atividades que atuam de forma associada, englobando o trabalho da direção escolar, supervisão ou coordenação pedagógica, orientação educacional e secretaria da escola,

considerando todos esses setores como participantes da equipe gestora das instituições escolares.

Considerando ainda a definição de Heloísa Lück (2009), compreende-se que também é atribuição da gestão escolar atuar respeitando as diferenças de todos/as os/as estudantes, mais que isso, é dever da gestão escolar zelar pelo respeito às diferenças de todos/as os/as sujeitos/as que estão na instituição escolar. É necessário compreender a gestão escolar para além das suas atribuições administrativas. Aliás, no entendimento de Lück (2009), as atividades de gestão administrativa são apenas uma das várias dimensões da gestão escolar. Vejamos todas as dimensões da gestão escolar na tabela 1.

Tabela 1: Dimensões da Gestão escolar

Dimensões de Organização	Dimensões de Implementação
Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar	Gestão democrática e participativa
Planejamento e organização do trabalho escolar	Gestão de pessoas
Monitoramento de processos e avaliação institucional	Gestão pedagógica
	Gestão administrativa
Gestão de resultados educacionais	Gestões da cultura escolar
	Gestão do cotidiano escolar

Fonte: Elaborado a partir de Lück (2009).

Dentro da gestão escolar, merece destaque o papel dos/as diretores/as escolares, os/as quais são os responsáveis diretos/as pela gestão da escola. Nesse sentido, compete ao/a diretor/a escolar elaborar condições para o bom desempenho de toda a comunidade escolar, assegurar o bom atendimento de toda a população na escola, zelar pelo cumprimento dos objetivos das legislações educacionais e sistemas de ensino municipais, estaduais e federal (LÜCK, 2009).

Todavia, para isso é necessário que os/as diretores/as escolares compreendam bem os objetivos da escola e do sistema educacional. Desse modo, entende-se que “a atuação da direção escolar será tão limitada quanto limitada quanto limitada for sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola” (LÜCK, 2009, p.15). Lamentavelmente, uma visão limitada de gestão escolar que não considera as especificidades da variedade de

grupos sociais existentes na escola, pode comprometer a qualidade da educação.

Nesse sentido, o/a diretor/a escolar deve ser “orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de equidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível” (LÜCK, 2009, p. 15). A noção de equidade está intimamente relacionada com o conceito de justiça, pressupõe que os indivíduos devem ser atendidos de acordo com suas necessidades, oferecendo mais a quem mais tem necessidades e menos a quem menos precisa.

A equidade é representada pelo reconhecimento de que as pessoas e grupos em situações diferenciadas ou desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, a fim de que possam colocar-se em paridade com seus semelhantes no processo de desenvolvimento (LÜCK, 2013, p. 50).

Apesar da gestão escolar ter a responsabilidade de promover uma cultura organizacional de respeito às diferenças na escola, nem sempre isso ocorre. Para Junqueira (2009b), os/as dirigentes (gestores/as) também praticam discriminações LGBTfóbicas nas instituições escolares. Ainda na compreensão de Junqueira (2015), não é incomum encontrar gestores escolares desorientados, indiferentes ou alheios a processos intensos de LGBTfobia na escola.

É urgente e necessário o reconhecimento, sobretudo pela gestão escolar, de que a escola também pode ser um lugar de reprodução de preconceitos e de violências praticadas decorrentes dos processos de LGBTfobia. Para desestabilizar esses processos, se faz necessário que a gestão escolar compreenda que também pode estar reforçando a LGBTfobia no ambiente escolar ao não atuar de forma a coibir essas práticas na escola. Nas palavras de Torres, (2013, p.40) “devemos notar que o preconceito atinge toda a comunidade escolar – dos serviços ao\à diretor/a. Enquanto o preconceito não for reconhecido como um sistema que regula as relações educacionais de toda a comunidade escolar, ficaremos procurando a homofobia nas pessoas”.

Nesse sentido, a gestão escolar tem papel importante na construção de um ambiente escolar que desestabilize as desigualdades, supere práticas discriminatórias e reconheça as diferenças como um elementos positivos da diversidade humana. Conforme aponta Junqueira (2009b), arranjos institucionais eficazes podem abalar as estruturas das

desigualdades presentes na escola, contribuindo portanto para coibir a LGBTfobia e assegurar um ambiente escolar não refratário a estudantes LGBT.

Considerações finais

Entender a dinâmica das violações praticadas contra a população LGBT nas instituições escolares é urgente, sobretudo para gestores/as escolares que têm a responsabilidade de assegurar um ambiente educacional onde todos/as os/as estudantes tenham acesso à educação de forma igualitária, justa e não discriminatória, possibilitando assim a sua permanência na escola.

Retomando o objetivo deste trabalho em apresentar quais as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola, compreendemos que o papel da gestão escolar não limita-se a questões de cunho administrativo da escola, tampouco a mera implementação e reprodução das diretrizes e políticas educacionais numa instituição escolar. Ao contrário, acreditamos que compete a gestão escolar proporcionar as condições ideais para o acesso e permanência, na escola, de todos os grupos sociais. A escola e a sua gestão, devem respeitar as diferenças de todos/as os/as seus/as alunos/as. Além disso, devem atuar para coibir casos de violências e segregações.

Nesse sentido, no que diz respeito aos processos de violências motivadas por LGBTfobia na escola, acreditamos que a gestão escolar pode ser parte do problema e parte da solução. A gestão escolar pode ser parte do problema quando se omite e não apura as denúncias de violências LGBTfóbicas, não estabelece ações e medidas pedagógicas de correção dos/as agressores/as, e quando não presta um atendimento adequado as vítimas. É ainda parte do problema, quando a própria gestão escolar tem uma prática cotidiana de violência, perseguindo estudantes LGBT, estimulando xingamentos, não respeitando o uso do nome social por parte dos/as estudantes e professores/as transexuais, entre outras posturas violadoras. Por outro lado, a gestão escolar pode ser parte da solução dos problemas de violências LGBTfóbicas na escola quando assume uma postura de combate a tais violações e quando busca a construção de uma cultura escolar inclusiva, harmônica e de respeito às diferenças. Também é parte da solução quando se propõe a apurar os

casos de LGBTfobia denunciados por estudantes e professores/as, presta apoio às vítimas e puni os/as agressores/as.

Por fim, compreendemos que neste trabalho em função do seu formato e características, não foi possível problematizar todos os aspectos que apontam para as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola. Investigações que se valam de outras estratégias metodológicas e/ou de outras referências teóricas poderão explorar ainda mais essas questões que são tão importantes de serem compreendidas, pois só a partir daí poderão ser subvertidas.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1998.

BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARRARA, S.; RAMOS, S. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.

CARRARA, S. et al. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

FEITOSA, C. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. “Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas” – Estados de negação da homofobia nas escolas. In: ANPED: “Sociedade, cultura e educação: novas regulações?”, 32, 2009a, Caxambu/MG. **Anais...** Editora ANPED. 2009a. v.1 p.1-14.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação**:

problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 13-52, 2009b.

_____. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. da S.. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação.** Vitória: EDUFES, p. 99-124, 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p.85-94, 2009.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L.. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34, 2000.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Recebido: 02/02/2018

Aprovado: 04/04/2018